

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA VULNERABILIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Ricardo Alexandrino Garcia*
Raflo Matos♥

Resumo

O propósito desse artigo foi avaliar a vulnerabilidade social das famílias brasileiras emapear sua distribuição espacial. Para tanto, trabalhou-se com os microdados do Censo Demográfico de 2000, que serviram de base para a construção de um indicador de vulnerabilidade social das famílias brasileiras, levando-se em consideração informações sobre o grau de inserção educacional, o grau de inserção econômica local e o grau de inserção habitacional. Na construção desse indicador, foi empregado um modelo determinístico que possibilitou mensurar a vulnerabilidade social de cada uma das 48.312.256 famílias brasileiras recenseadas no Brasil em 2000. Por tratar-se de um indicador cuja unidade básica é a família, ele possibilita análises mais específicas da vulnerabilidade social, tais como estimativas de diferenciais intra-municipais (área de ponderação e rural/urbano), por raça/cor, atividade, ocupação, etc. Para a validação do modelo, empregou-se o IDHM e o grau de ajuste obtido foi superior à 0.9. Uma vez validado o indicador, processou-se, em escala municipal, o mapeamento do seu padrão de distribuição espacial ao longo de todo o território nacional; na escala intramunicipal, o município de Belo Horizonte foi escolhido para exemplificar as potencialidades analíticas do indicador. Para tanto, utilizou-se de técnicas de cartografia digital temática. Por fim, o indicador proposto possibilitou a construção de uma escala familiar de vulnerabilidade social e os cartogramas, gerados com base nessa escala, indicam o quão heterogenia é sua distribuição territorial.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; família; Belo Horizonte; Brasil.

*Professor-pesquisador do IGC/UFMG, doutor em Demografia, bolsista do Programa PRODOC/CAPES.

♥Professor do Departamento de Geografia do IGC/UFMG, doutor em Demografia.

1- INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre as dificuldades de construção de um indicador sintético de vulnerabilidade social ultimamente no Brasil. O propósito desse artigo foi, portanto, avaliar a vulnerabilidade social das famílias brasileiras e mapear sua distribuição espacial. Para tanto, trabalhou-se com os microdados do Censo Demográfico de 2000, que serviram de base para a construção de um indicador de vulnerabilidade social das famílias brasileiras, levando-se em consideração informações sobre o grau de inserção educacional, o grau de inserção econômica local e o grau de inserção habitacional.

Material e métodos

Na construção de um indicador sintético de vulnerabilidade social cuja unidade básica é a família, o ponto de partida foi a definição das dimensões que o comporiam. Com base na literatura sobre desigualdade, pobreza e vulnerabilidade social consultada, chegou-se a três dimensões básicas: educação, renda e habitação. Essas dimensões foram selecionadas tendo-se em vista a possibilidade de construção de um modelo determinístico, facilmente aplicável às informações dos Censos Demográficos brasileiros. Uma vez definida as três dimensões básicas do indicador, buscou-se uma forma de operacionalizá-las. Para tanto, utilizou-se o conceito de inserção que aqui foi empregado no sentido de potencial realizado. Nesse sentido, procurou-se avaliar as quão inseridas estão as famílias brasileiras, no que tange aos aspectos educacionais econômicos e habitacionais a que estão sujeitas.

No caso do indicador de inserção educacional, a variável chave foi o número de anos de estudos dos membros da família. O nível de inserção educacional foi calculado com base na relação entre o nível educacional, dado por essa variável, de cada membro da família e o nível de referência, de acordo com a idade. Para aqueles que possuíam idade superior a dezessete anos, o nível educacional de referência foi o de 11 anos de estudos; para os de dezessete, 10 anos, para os de dezesseis, 9 anos; e assim sucessivamente até a idade de oito anos cujo nível de referência foi o de 1 ano de estudo. Obteve-se, assim, as razões de escolaridade por meio do quociente entre o nível escolar de referência e o nível do indivíduo, cabe ressaltar que os valores superiores as unidades foram truncados em 1. O grau de inserção educacional familiar foi calculado com base na média aritmética simples das razões de escolaridade dos membros da família, com idade superior a sete anos.

De modo semelhante, o indicador de inserção econômica local foi obtido pela razão entre a renda familiar per capita das famílias e a renda local de referência. Essa renda local de

referência foi obtida com base na renda referente à média ponderada das linhas de pobreza das Regiões brasileiras (Rocha, 2003) e corrigida pela diferencial econômico local (k). Esse diferencial, por sua vez foi calculado com base na relação dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores domésticos residentes no local e a média dos rendimentos desses trabalhadores no país - a escolha dessa ocupação se deveu pelo seu caráter frequente e homogêneo em, praticamente, todo o território nacional. No que tange às unidades geográficas de captação dos rendimentos que serviram de base para o cálculo do k, optou-se por trabalhar com as áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2000 desagregadas, quando possível, em rural e urbana. Foi definido, por último, como limites inferiores e superiores da renda local de referência, os valores de R\$ 20,00 e R\$ 450,00, respectivamente.

Três variáveis foram manipuladas na construção do indicador de inserção habitacional: densidade de moradores por banheiros, densidade de moradores por dormitório e densidade de moradores por televisor. Adotou-se como critério os seguintes valores de referência para a avaliação da adequabilidade habitacional: número máximo de moradores por dormitório igual a dois, número máximo de moradores por banheiro igual a cinco e número máximo de moradores por televisor igual também a cinco. Com isso, pôde-se aplicar o mesmo procedimento dos demais indicadores de inserção, ou seja, a razão entre os valores de referência e os valores observados nos domicílios brasileiros, sendo os valores superiores à unidade truncados em 1. O indicador de inserção habitacional foi calculado com base na média aritmética simples das três razões das densidades de moradores por dormitório, por banheiros e por televisores.

O índice de vulnerabilidade social familiar (IVSF) foi gerado pelo complemento da média aritmética simples dos três indicadores de inserção obtido para cada família brasileira. Por fim, foi atribuído a cada membro da família o valor correspondente ao valor médio calculado para a sua família. Com isso, esse indicador pode ser manipulado como se fosse uma variável derivada dos microdados do Censo Demográfico de 2000. Além disso, esse modelo foi pensado propositalmente para ser facilmente aplicável aos dados dos demais Censos Demográficos, bem como a outras pesquisas públicas do Brasil. As etapas necessárias à construção do indicador de vulnerabilidade social familiar estão resumidas no próximo quadro.

Quadro 1. Procedimentos, critérios e variáveis utilizadas na construção do índice de vulnerabilidade social familiar (IVSF).

<i>Indicadores</i>	<i>Variável Chave</i>	<i>Critério</i>	<i>Variável intermediária</i>	<i>Procedimento</i>
<i>Inserção educacional</i>	anos de estudo	anos de estudo de referência, específico por idade: (1 → 8; 2 → 9 ...; 10 → 17; 11 → ≥18)	razões de Escolaridade (RE): razão entre o valor de referência específico e o valor observado para cada membro da família maior de 7 anos de idade; para toda RE > 1, RE = 1	média aritmética simples das razões de escolaridade de cada membro da família com idade superior a 7 anos
<i>Inserção econômica local</i>	renda familiar per capita	renda local de referência: linha de pobreza corrigida pelo diferencial econômico local (k); os limites inferior e superior desse critério foram definidos, respectivamente, em R\$20,00 e R\$450,00)	diferencial econômico local (k): razão entre a média dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores domésticos locais e a média dos rendimentos da totalidade desses trabalhadores	Razão de Renda (RR): razão entre o valor da renda local de referência e o valor da renda familiar per capita. Para toda RR > 1, RR = 1
<i>Inserção habitacional</i>	densidade de moradores por dormitório	valor de referência: até 2 moradores por dormitório	razão de dormitório (RD): razão entre o valor de referência o valor observado no domicílio de residência da família; para toda RD > 1, RD = 1	média aritmética simples das razões de dormitório, banheiros e televisores do domicílio de residência da família
	densidade de moradores por banheiros	valor de referência: até 5 moradores por dormitório	razão de banheiros (RB): razão entre o valor de referência o valor observado no domicílio de residência da família; para toda RB > 1, RB = 1	
	densidade de moradores por televisores	valor de referência: até 5 moradores por dormitório	razão de televisores (RT): razão entre o valor de referência o valor observado no domicílio de residência da família. para toda RT > 1, RT = 1	
<i>índice de vulnerabilidade social familiar</i>				1 menos a média aritmética simples dos índices de Inserção educacional, econômico local e de habitação

Validação do Modelo

A validação do IVSF, aqui proposto, se deu pela comparação entre os valores médios obtidos deste indicador, para cada um dos 5507 municípios brasileiros, e os respectivos valores municipais do índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM (FJP, 2003). À média municipal do IVSF, deu-se o nome de índice de vulnerabilidade municipal (IVM) e, para que se evitassem possíveis distorções decorrentes dos efeitos de composição familiar, optou-se por extrair essa medida tendo como denominador a população residente, e não o número de famílias do município. Com isso, aumenta-se a participação das famílias menos favorecidas, uma vez que essas tendem a ser mais numerosas.

O Gráfico 1 ilustra a relação observada entre o IVM e o IDHM. Tal como pode ser percebido na dispersão dos 5507 pontos que representam os valores desses indicadores ao longo dos municípios brasileiros, há uma forte relação inversamente proporcional entre eles. Isso fica evidente no cálculo do seu índice de correlação linear, que foi inferior a -0,92. Já o efeito marginal do índice de vulnerabilidade foi da ordem de -0,7, o que significa que, em média, a cada 10 pontos de elevação do IVM, o IDHM cai em 7 pontos. Nota-se ainda que o percentual da variância do IDHM explicada pelo IVM foi de aproximadamente 85%, conforme o valor do coeficiente de determinação (R^2).

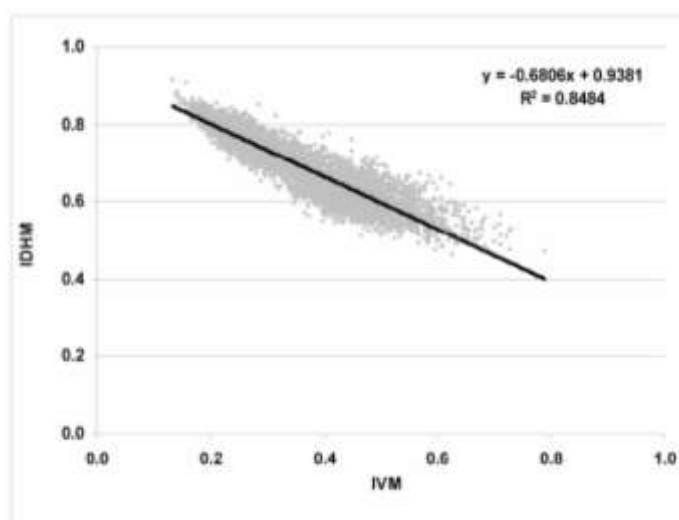


Gráfico 1. Diagrama de dispersão do índice de vulnerabilidade (IVM) municipal versus o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), equação da regressão linear, coeficiente de determinação e linha de tendência.

Ao se eliminar 287 outliers, ou seja, 287 casos que fogem substancialmente da tendência geral observada, melhorou-se consideravelmente o ajuste entre os dois indicadores. O índice de correlação linear, que era de -0,92 passou para -0,95; o efeito marginal do índice de vulnerabilidade se mantém em -0,7, mas o percentual da variância do IDHM explicada pelo IVM, era de aproximadamente 85%, passou para 90%, conforme o valor do coeficiente de determinação (R^2), tal como informa o Gráfico 2.

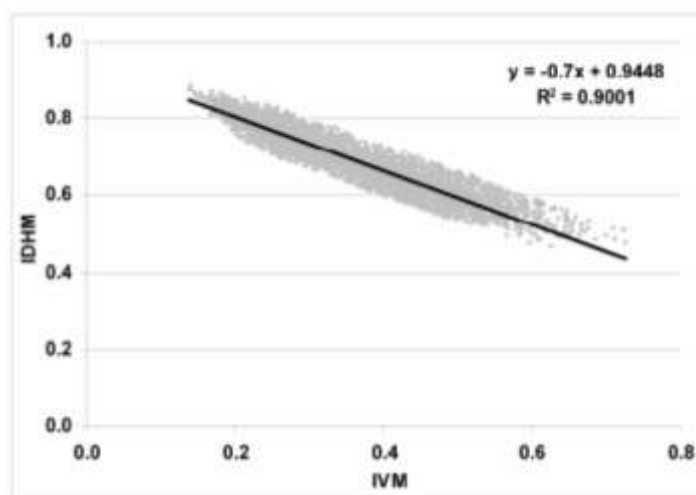


Gráfico 2. Diagrama de dispersão do índice de vulnerabilidade municipal (IVM) com controle de outliers versus o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), equação da regressão linear, coeficiente de determinação e linha de tendência.

Resultados

O IVM, como foi visto, se ajusta fortemente ao inverso do IDHM. De tal forma que Mapear a distribuição espacial do primeiro seria equivalente ao mapear a distribuição espacial do segundo, pelo menos no que tange à escala igual, ou superior, à municipal. Tal como foi definido, o IVM é o valor médio municipal do IVSF. Poder-se-ia indagar, então, qual o valor médio municipal de IVSF em função de um determinado atributo como, por exemplo, situação de domicílio ou, ainda, indagar qual o percentual da população municipal que se encontra acima ou abaixo de um determinado valor do IVSF, ambas as operações impossível de serem feitas diretamente com o IDHM.

O Mapa 1 ilustra exatamente a distribuição espacial do IVM – Rural dos municípios brasileiros. Tal como o esperado, os maiores gradientes de vulnerabilidade foram encontrados em municípios da Região Nordeste, bem como na Região Norte. No Sudeste, as áreas rurais mais vulneráveis foram as do nordeste do Estado de Minas Gerais, mas também foi possível identificar áreas vulneráveis no interior do Estado do Paraná e de Santa Catarina. Chama atenção, por outro lado, áreas rurais pouco vulneráveis do eixo que liga São Paulo à Brasília, bem como à região norte do Estado do Rio Grande do Sul.

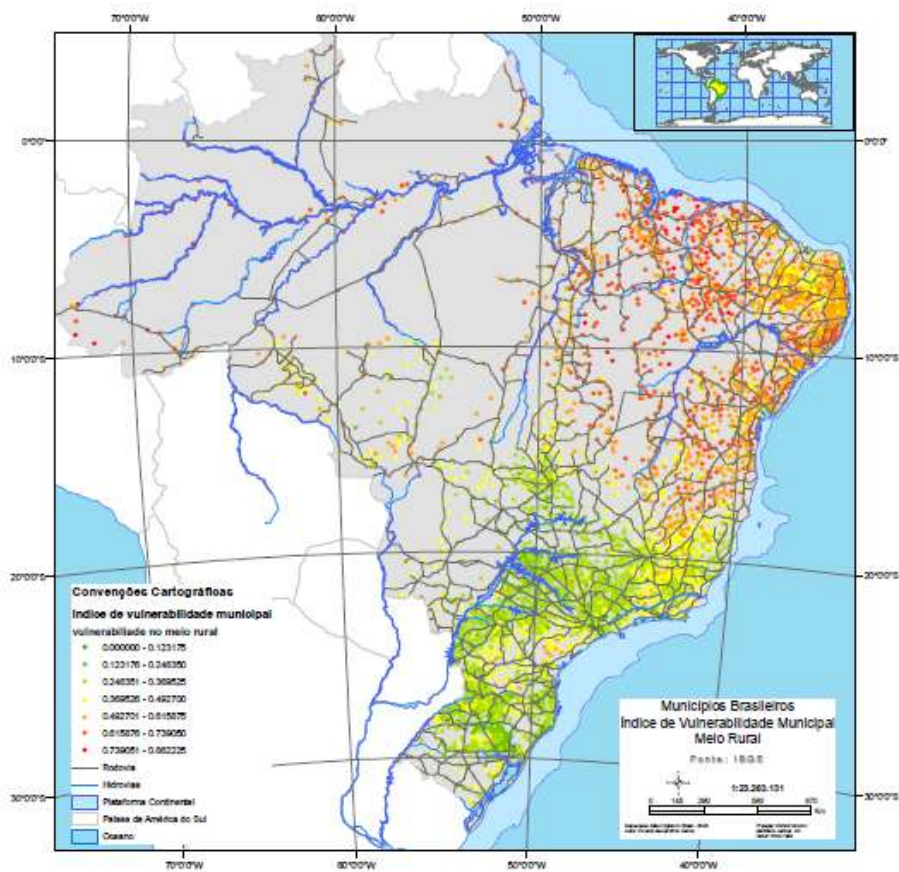
Par efeito do mapeamento do percentual da população vulnerável dos municípios brasileiros, foram considerados como vulneráveis todos os indivíduos cujo IVSF fosse superior a 0,25 - algo equivalente a um IDHM inferior a 0,77 segundo a equação do Gráfico 2. Com isso, pôde-se determinar o contingente de população vulnerável e identificar quais municípios que detinham os maiores percentuais de vulnerabilidade, ou seja, municípios com estoques relativos de habitantes com IVSF superior a 0,25.

Foram classificados como municípios de alta de vulnerabilidade social todos aqueles que apresentaram percentuais de vulnerabilidade superior a 75%. O Mapa 2 ilustra a distribuição espacial dessas localidades. No Brasil, a quantidade de municípios com alta incidência de vulnerabilidade social soma 1 942 ou, aproximadamente, 35% do total de municípios. Nesse cartograma fica evidente que os municípios com os maiores contingentes de população vulnerável encontram-se nas Regiões Norte e Nordeste, embora haja foco de grades estoques relativos de população vulneráveis em municípios do Sudeste, principalmente no Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Interessante notar ainda as localidades de alta incidência de população vulnerável no sudeste do Estado de Minas Gerais, no sul do Estado de São Paulo, oeste do Estado de Paraná e de Santa Catarina.

É nítido o aumento do número de municípios com elevados percentuais de população vulnerável, quando se considera apenas sua população rural. O Mapa 3 caracteriza a distribuição

espacial dos municípios cujos estoques relativos referentes à população rural vulnerável foi superior a 75% do total dessa população. A quantidade de municípios com alta incidência de vulnerabilidade social soma os impressionantes 3 207 ou, aproximadamente, 58% do total de municípios. Nota-se ainda que os municípios com contingentes relativos de população rural vulnerável encontram-se espalhados ao longo de todo o território nacional. Em relação o cartograma anterior, chama atenção o expressivo aumento dos municípios localizados nas Regiões Sul e Sudeste, principalmente, no Estado de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Por outro lado, percebe-se que a região cujos municípios possuem menores percentuais de população rural vulnerável localiza-se no norte do Estado de São Paulo e no Triângulo Mineiro.

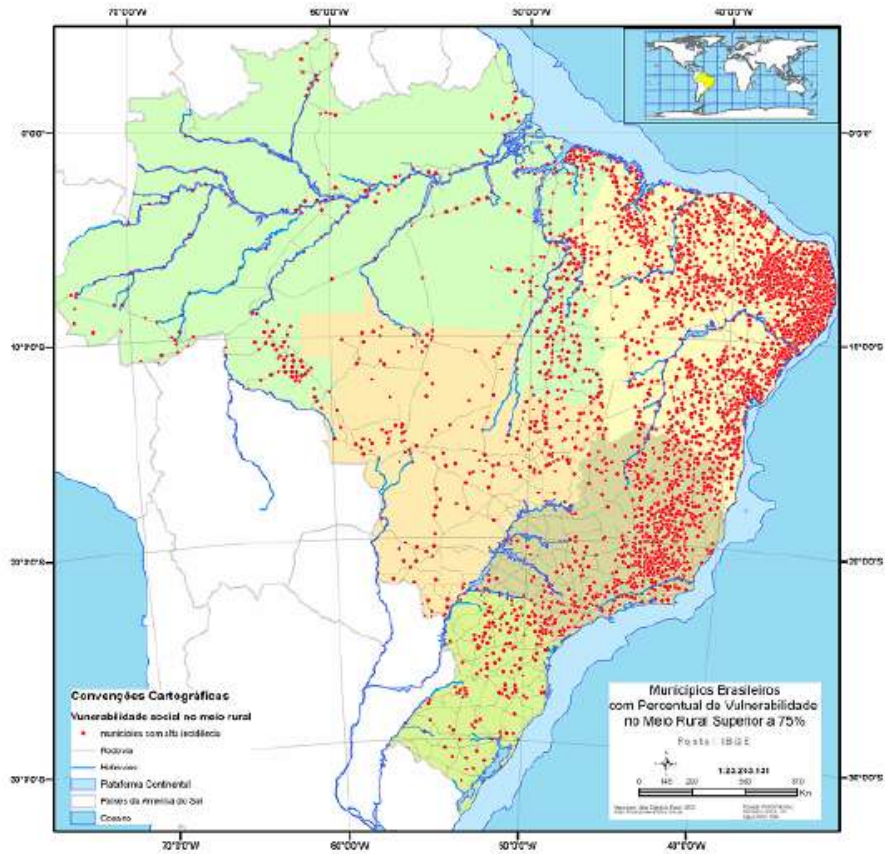
No que tange a distribuição espacial dos municípios cujos percentuais da população urbana vulnerável foi superior a 75%, o Mapa 4 informa que o número dessas localidades foi de apenas 689, o que corresponde a, aproximadamente, 13% do total de municípios brasileiros. A análise do cartograma revela que esses municípios encontram-se preferencialmente na Região Nordeste, principalmente, em áreas próximas ao litoral dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Observa-se uma distribuição menos concentrada nos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão, embora sejam expressivos os números de seus municípios com elevados percentuais de vulnerabilidade. Em sentido contrário, o Estado do Ceará participa com poucos municípios nesta situação, em relação aos demais Estados nordestinos. A Região Norte também contribui com municípios de elevada vulnerabilidade urbana, especialmente, nos Estados do Pará e de Tocantins. Com exceção de alguns municípios do norte dos Estados de Goiás e de Minas Gerais, praticamente, não se encontra outros com elevados percentuais de vulnerabilidade urbana nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, como também não há registro de municípios com essa características no Estado de Rondônia.



Mapa 1. Brasil: 2000. Índices de Vulnerabilidade Municipal da População Rural.
 Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).



Mapa 2. Brasil: 2000. Municípios com Percentual de População Vulnerável superior a 75%.
 Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).



Mapa 3. Brasil: 2000. Municípios com Percentual de População Rural Vulnerável superior a 75%.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).



Mapa 4. Brasil: 2000. Municípios com Percentual de População Urbana Vulnerável superior a 75%.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

No caso específico do município de Belo Horizonte, analisar-se-á o comportamento do *IVSF* segundo algumas características selecionadas. Essa seleção se deu com base no debate recente sobre os determinantes da desigualdade social no Brasil, que consideram relevantes aspectos étnicos, evidenciados pelos conceitos de cor ou raça, bem como a questão dos movimentos populacionais no espaço geográfico, ou seja, a migração. Nesse sentido, levantaram-se os *IVSF* da população belo-horizontina, segundo cor ou raça e status migratório. Essas informações podem ser observadas na Tabela 1.

Belo Horizonte, com uma população de pouco mais de 2 238 mil, segundo o Censo Demográfico de 2000, detinha um *IVM* de 0,19, significando que, em média, a população do município apresentava um grau de vulnerabilidade social abaixo do considerado crítico, que foi o de 0,25. Ao se analisar o comportamento desse indicador em função da variável *raça ou cor*, verificou-se que somente os grupos brancos e amarelos encontravam-se em situação aceitável (abaixo do nível crítico), e o grau de vulnerabilidade social da população de cor preta era duas

vezes maior que o da população branca. Outro dado interessante foi observado quando se analisou o comportamento do indicador em função das áreas de origem dos imigrantes de *data-fixa*, ou seja, daqueles que não residiam em Belo Horizonte, em julho de 1995. Os imigrantes provenientes de áreas urbanas tendiam a apresentar um grau de vulnerabilidade baixo, próximo ao da população branca. No caso daqueles oriundos de áreas rurais, verificava-se justamente o contrário: o grau de vulnerabilidade médio desse grupo ultrapassou o da população de cor preta, configurando assim o grupo mais vulnerável (Tab. 1).

Tabela 1
Belo Horizonte: 2000. Índices de vulnerabilidade social familiar, segundo características selecionadas.
Índice de Vulnerabilidade Social Familiar (IVSF)

<i>cor ou raça</i>	População	IVSF
Branca	1 199 070	0.13
Preta	180 056	0.27
Amarela	4 312	0.14
Parda	833 668	0.25
Indígena	7 588	0.25
Ignorado	13 831	0.28
Total	2 238 526	0.19
<i>residência em 31 de julho de 1995</i>		
em outro município, na zona urbana	114 331	0.15
em outro município, na zona rural	28 018	0.29
em outro país	2 711	0.06

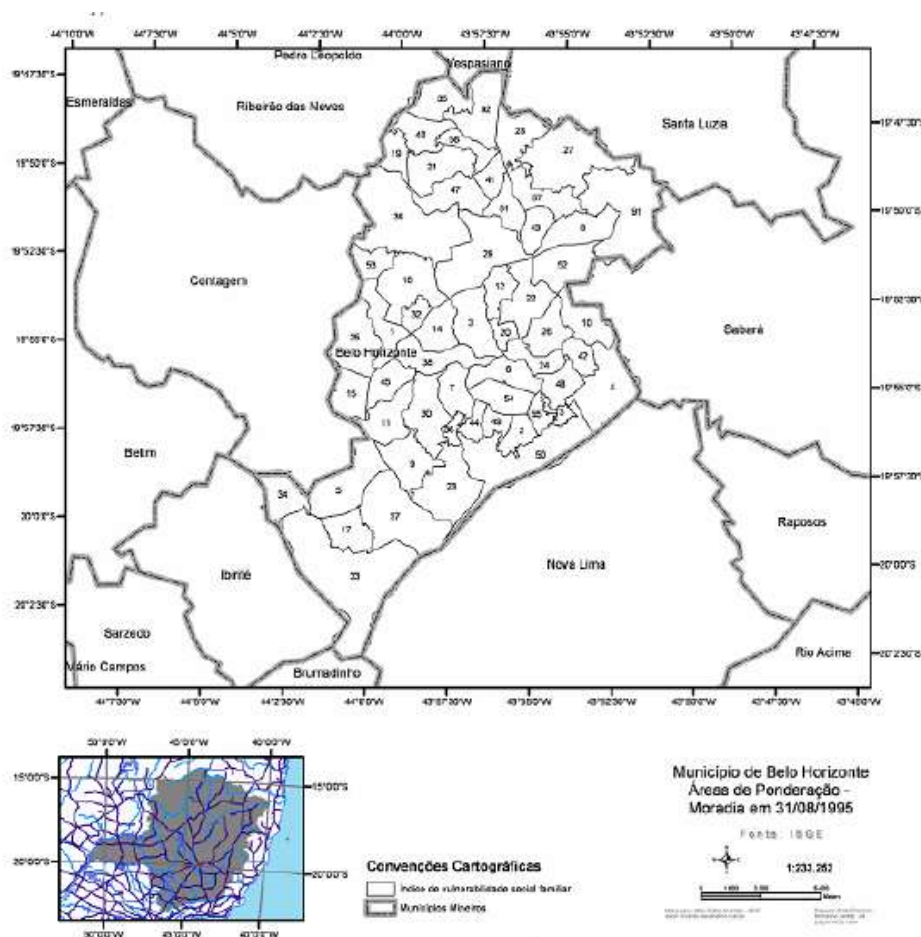
Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

Em termos intra-municipais, análises sobre os parâmetros do IVSF, restringem-se à unidade geográfica mínima disponibilizada pelo IBGE nos microdados do Censo Demográfico de 2000, que foi a área de ponderação (areap). Essas áreas correspondem aos agregados de setores censitários e conformam, na grande maioria das vezes, um conjunto de bairros associado ao planejamento do poder público local. Belo Horizonte dividia-se em um total de 58 areap's, mas para efeitos desse estudo, trabalhar-se-á com 56, pois duas foram agregadas a outras duas, para fazer aumentar a população residente nessas localidades.

O Mapa 5 ilustra a fragmentação territorial do município da capital mineira em função das áreas consideradas e os Mapas 6 a 11 trazem o comportamento do IVSF com base neste recorte espacial, segundo as características selecionadas anteriormente. A análise do conjunto dos seis cartogramas permite afirmar que a vulnerabilidade social tende a reproduzir, na escala intramunicipal, aspectos semelhantes ao da escala regional, principalmente no que tange a sua localização espacial em relação aos níveis de centralidades existentes no espaço geográfico.

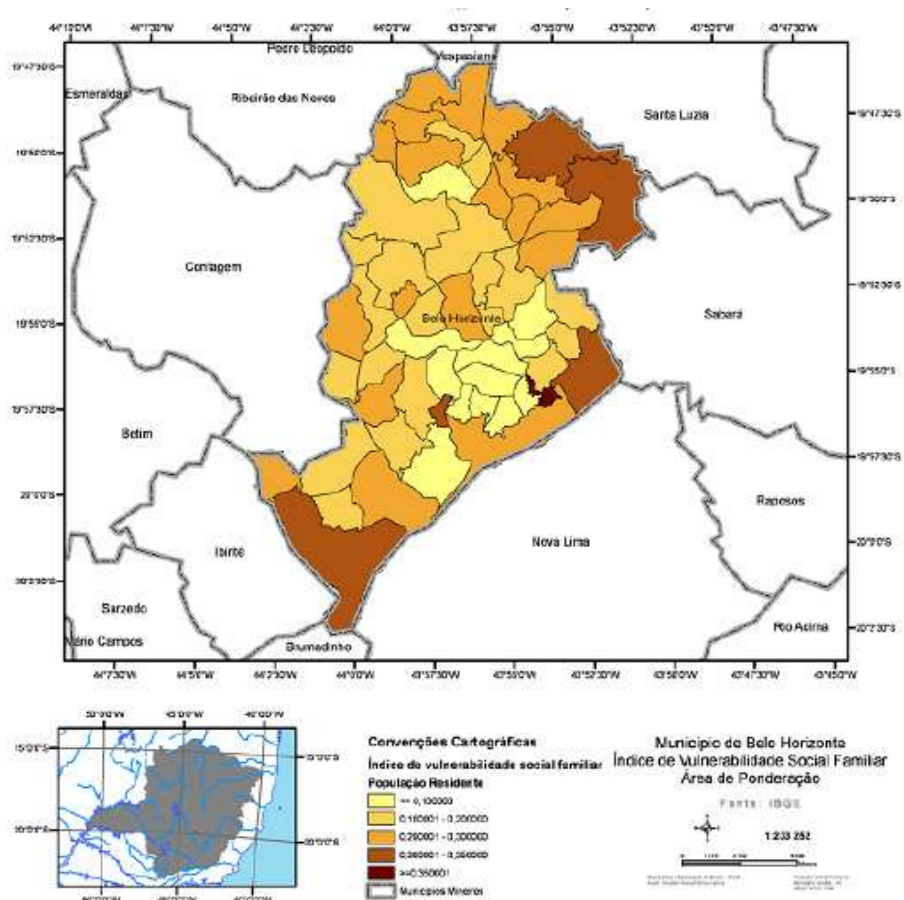
A análise com base no mapeamento dos diferenciais de vulnerabilidade ao longo das áreas de ponderação no município aponta no sentido de existirem espaços diferenciados, onde a

manifestação da vulnerabilidade é mais ou menos intensa, depende de sua localização geográfica. Neste sentido, é notável a manutenção das áreas centrais como as regiões de menor vulnerabilidade, mesmo quando se cruzam informações referentes às dimensões raça/cor ou status migratório.



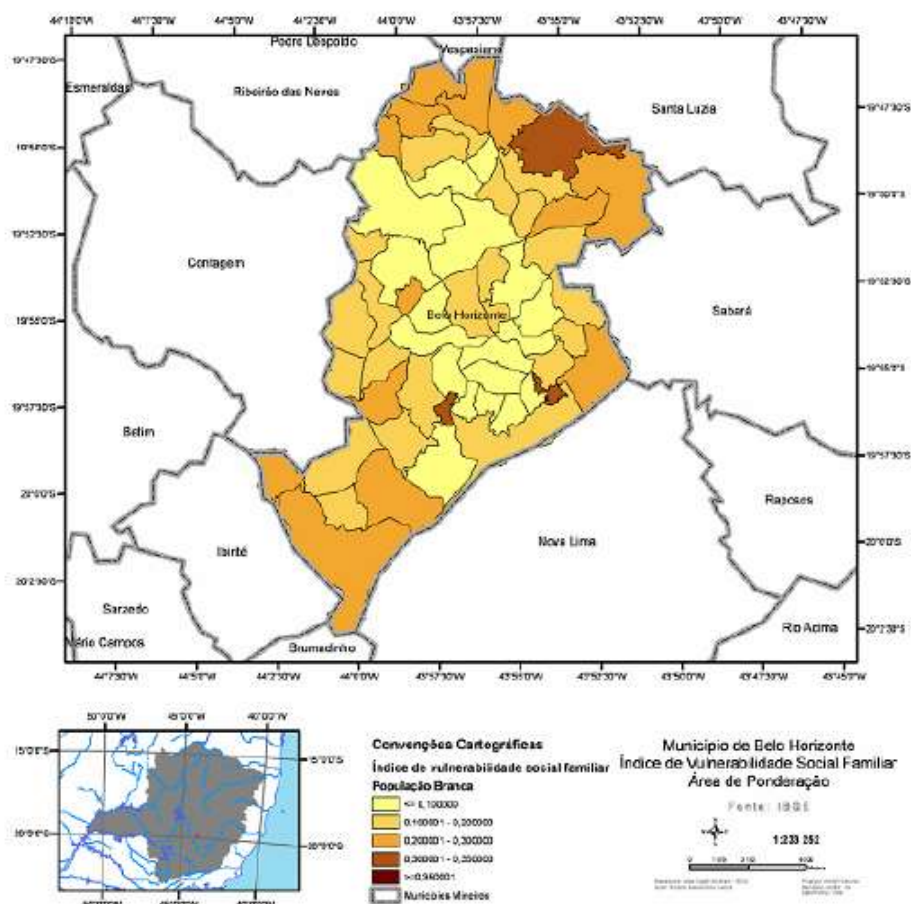
Mapa 5. Belo Horizonte: 2000. Áreas de Ponderação¹.
Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

¹ As 56 áreas de ponderação consideradas nesse estudo foram: Abílio Machado (1), Anchieta/Sion (2), Antônio Carlos/Prado Lopes (3), Taquaril/Baléia (4), Bairro das Indústrias/Barreiro de cima (5), Barro Preto/Centro/Francisco Sales (6), Barroca (7), Belmonte (8), Betânia (9), Santa Inês/Boa Vista/Mariano de Abréu (10), Cabana (11), Cachoeirinha (12), Cafezal (13), Caiçara (14), Camrgos/Santa Maria (15), Cardoso (17), Castelo/Ouro preto (18), Céu Azul (19), Concórdia (20), Copacabana/São João Batista (21), Cristiano Machado (22), Estoril/Buritit/Pilar Oeste (23), Floresta/Santa Tereza (24), Glória (25), Instituto Agrônômico (26), Isidoro Norte/Jardim Felicidade (27), Jaqueline (28), Jaraguá/São Francisco/UFMG (29), Jardim América (30), Jardim Montanhês (32), Jatobá/Barreiro do Sul (33), Lindéia (34), Mantiqueira/Sesc (35), Morro das Pedras (36), Barreiro de Cima/Olhos D'água (37), Padre Eustáquio (38), Graças/Braúnas/Pampulha (39), Piratininga (40), Planalto (41), Pompéia (42), Primeiro de Maio (43), Prudente de Moraes (44), PUC (45), Santa Amélia (47), Santa Efigênia (48), Santo Antônio (49), Mangabeiras/Belvedere/Barragem Santa lúcia (50), São Bernardo (51), São Paulo/Goiania (52), Sarandi/Confisco (53), Savassi (54), Serra (55), Tupi/Floramar (57), Venda Nova (58), Capitão Eduardo/Ribeiro de Abreu (91), Serra verde/Jardim Europa (92).



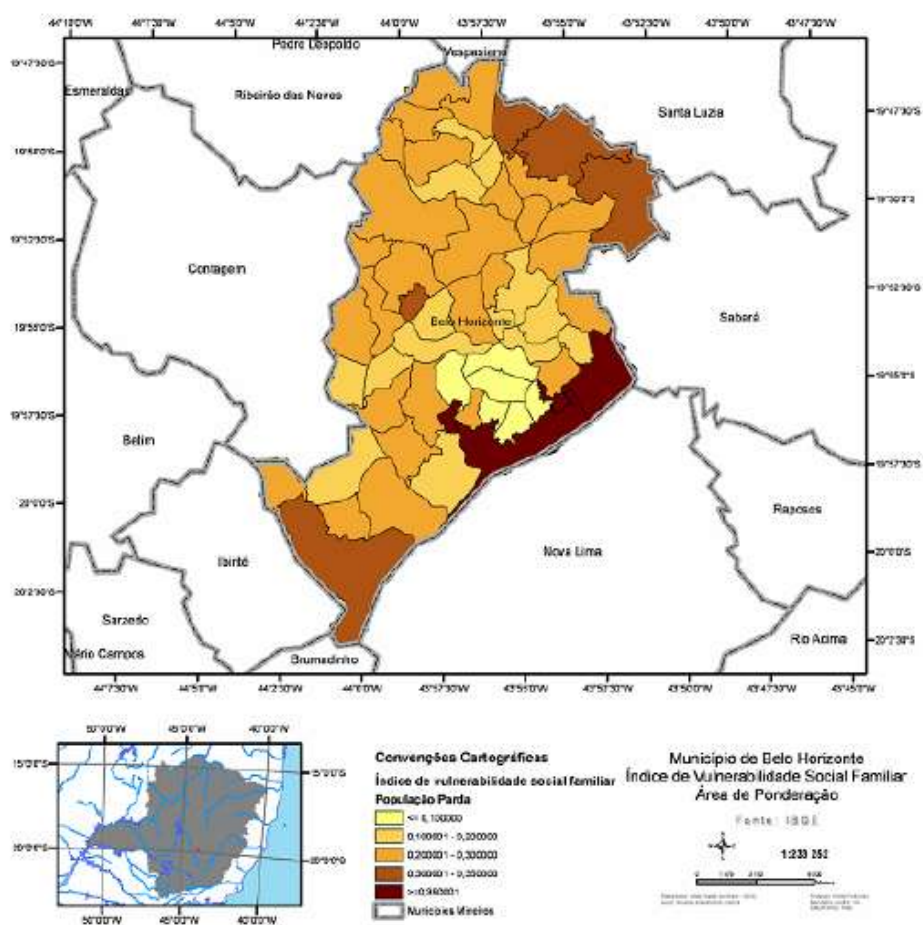
Mapa 6. Belo Horizonte: 2000. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Residente.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).



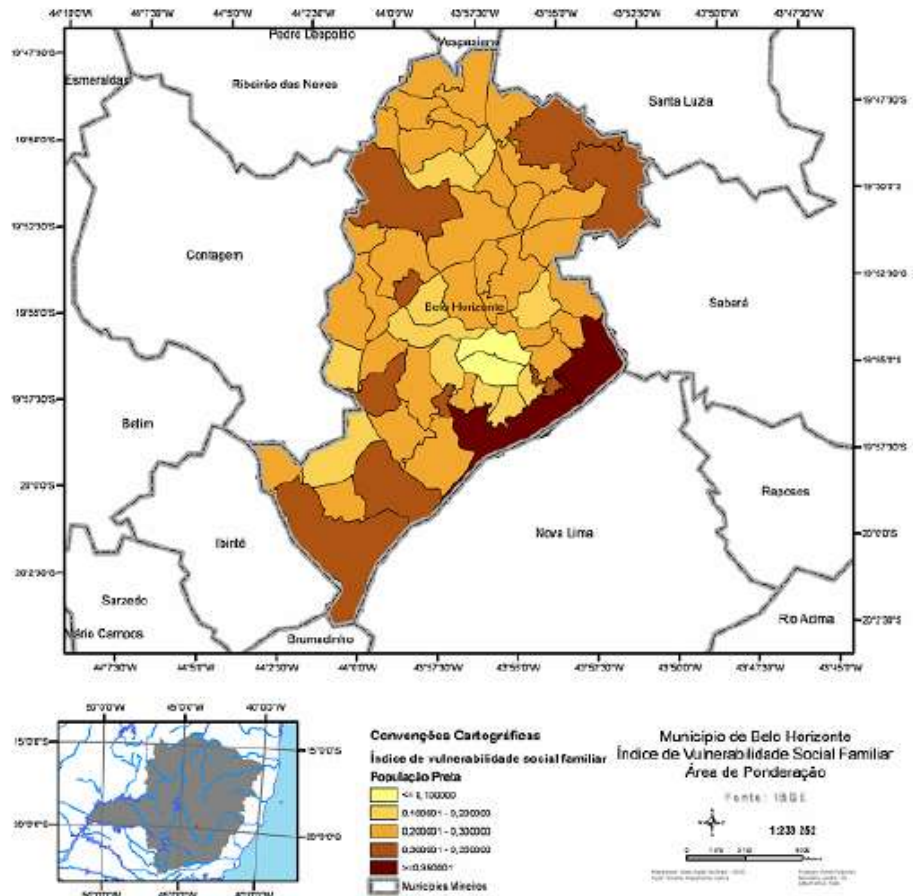
Mapa 7. Belo Horizonte: 2000. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Branca.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).



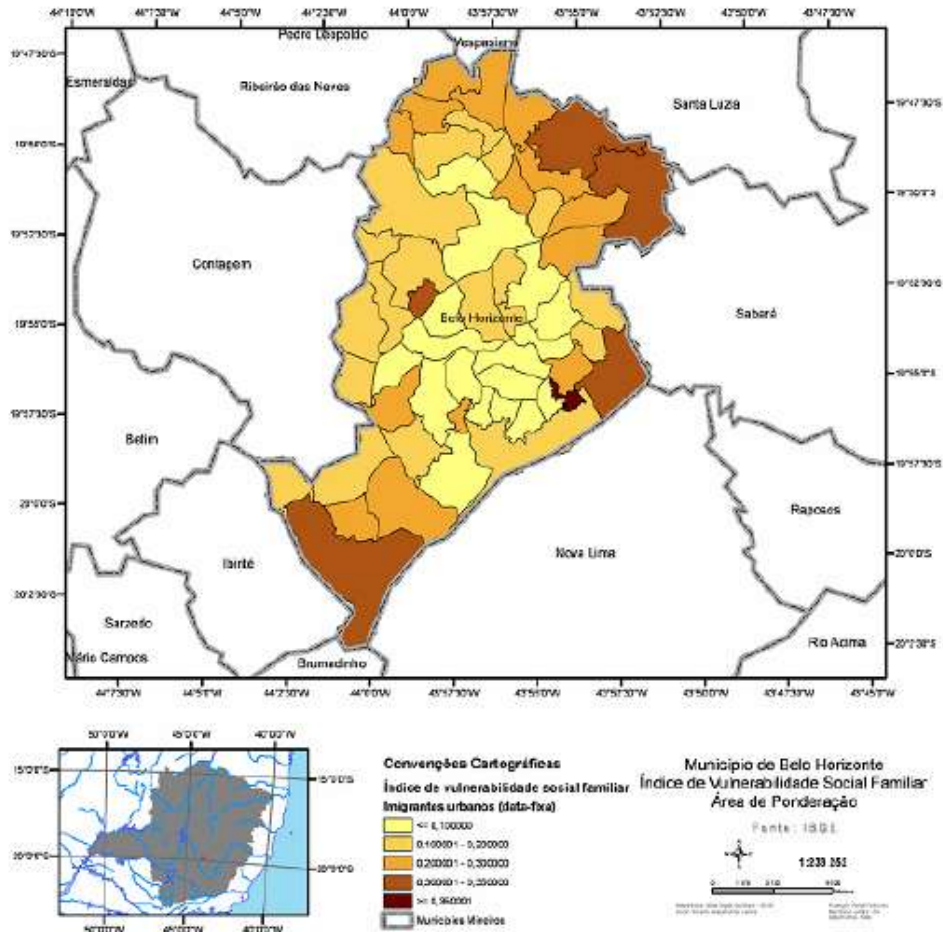
Mapa 8. Belo Horizonte: 2000. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Parda.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

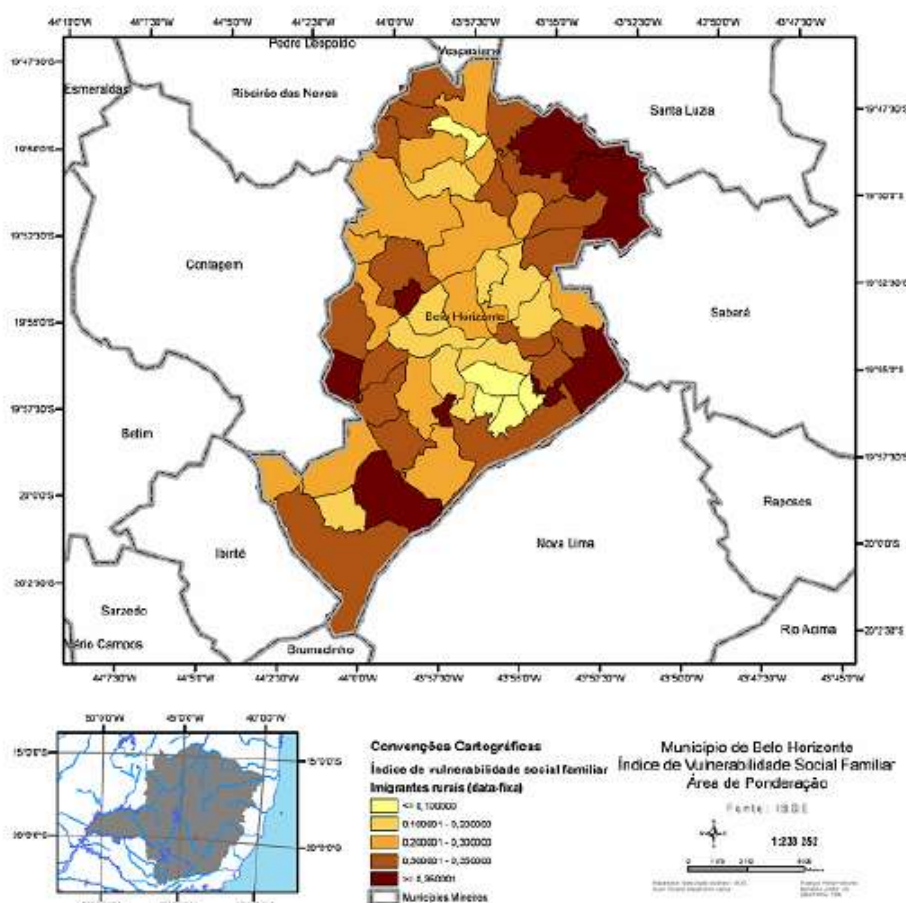


Mapa 9. Belo Horizonte: 2000. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Preta.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).



Mapa 10. Belo Horizonte: 2000. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Imigrante Urbana (data-fixa).
 Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).



Mapa 11. Belo Horizonte: 2000. Índices de Vulnerabilidade Social Familiar da População Imigrante Rural (data-fixa).

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (microdados).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados e as comparações efetuadas com o IDH mostraram-se convincentes e validaram o indicador aqui trabalhado. Revelou-se robusto e capaz de apontar diferenciais intermunicipais e intra-municipais no tocante a chamada vulnerabilidade social. Ao que tudo indica o *IVM* é sensível às condições de vida e de desenvolvimento das localidades e regiões o que lhe confere a característica de indicador socioespacial. Novos testes e exercícios poderão trazer resultados mais detalhados à medida que seu uso explore melhor outras variáveis censitárias relativas à pessoa. Por ora conviria salientar o alcance espacial (macro e micro) do *IVM*, sua flexibilidade em termos de uso, aplicação diretamente associada a instituição família, o que introduz uma série de possibilidades teóricas

derivadas da ideia de desenvolvimento humano, como propunha Amartia Senn em fins do século passado.

Uma última consideração deve ser feita a propósito do uso nesse estudo do termo inserção. Entendemos que é metodologicamente consistente e até politicamente correto a elaboração de medidas de não inserção, ou exclusão, como testemunha a literatura recente sobre o tema. É bem provável que a exclusão em economias de mercado periféricas seja a tônica dominante na contemporaneidade e que as áreas de inclusão não passem de ilhas de prosperidade cercadas por mares de pobreza. Mas mesmo essa constatação merece comprovação empírica, sobretudo tendo em vista o fato de que a realidade social se apresenta muito dinâmica nos últimos dois decênios. Se o capitalismo cria ciclos de produção de riqueza, mas sucateia empregos e provoca exclusão, também instaura situações de inserção mesmo que de alcance discutível e de impactos intersetoriais mal conhecidos. A inserção deve, portanto ser especificada. É contingente e pode ser provisória, mas ainda assim é inserção, seja ao emprego formal, seja a moradia e saneamento, seja a rede de educação e saúde, seja a mera condição de consumidor. Parte dela é inserção no padrão de comportamento tido como moderno das sociedades de consumo contemporâneas e pode ser um simples resultado da expansão do salário mínimo, das garantias sociais, dos efeitos do microcrédito ou da bolsa família. Não importa. A avaliação das condições de vida das populações, notadamente nos lugares onde elas vivem e se reproduzem, continua sendo uma prioridade da análise nas ciências sociais aplicadas, mesmo quando tudo indica que a exclusão econômica é maior que a inclusão. Ademais, a identificação com mais precisão de subespaços nos quais haja um significativo número de famílias inseridas no circuito formal da economia pode ser estratégico para determinadas políticas públicas, gestão e planejamento regional, com vistas a ampliar vantagens e sinergias derivadas de ganhos resultantes de arranjos produtivos locais ou investimentos particulares geradores de efeitos multiplicadores em amplos espaços geográficos. É evidente que essas possibilidades de identificação de espaços especiais virtuosos podem ser exploradas a partir da utilização do indicador aqui apresentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P., HENRIQUES, R. , MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 17p. (Texto para discussão; 857) Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0857.pdf >

_____. 2000. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R.(Org.) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, p.21-47.

_____. 2000. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (42).

FJP. 2003. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: 1991-2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; IPEA, PNUD.

HOFFMANN, R. 2000. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. O. (Ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, p.81-107.

IBGE. 2002. Censo Demográfico de 2000 – microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (Disponível em CD-ROM)

JANNUZZI, P. 2001. Indicadores Sociais no Brasil; conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea.

LAVINAS, L. 2005. A Melhor Linha de Pobreza para o Brasil. Rio de Janeiro: IE/UFRJ.

LOPES, H. M., MACEDO, P. B. R., MACHADO, A. F. 2003. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. *Texto para Discussão (223)*. Belo Horizonte: Cedeplar. Disponível em: <
<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20223.pdf> >

NAHAS, M. I. P. 2003. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica. 29p. Disponível em:<
http://www.virtual.pucminas.br/idhs/site/conteudo/pobreza_artigos.htm >

ROCHA, S. 2003. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 244 p.

_____. 2001. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica. In: LISBOA, M. B., MENEZES-FILHO, N.A. (Orgs.) *Microeconomia e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 51-78.

_____. 2000. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, R. O. (Ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, p.109-127.

_____. 1997. Do Consumo Observado à Linha de Pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 27(2): p.313-52.

_____. 1994. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SALAMA, P., DESTREMAU, B. 1999. O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 160p.

SOUZA, A. P. F. 2004. Por uma Política de Metas de Redução da Pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, 18(4): 20-27.

VINHAIS, H., SOUZA, A. P. 2006. Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil. *Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia*. São Paulo: Anpec. Disponível em: <
<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>

